

IPES Índice de Preços ao Consumidor

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

IPC-IPES
Índice de Preços ao
Consumidor de
Caxias do Sul
Julho de 2017

Julho de 2017

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

REITOR

Prof. Evaldo Antonio Kuiava

VICE-REITOR

Prof. Odacir Deonísio Gracioli

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Prof. Marcelo Rossato

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor (a): Prof^a Dra. Maria Carolina Rosa Gullo

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Diretor: Prof. Dr. Roberto Birch Gonçalves

PROFESSORES PESQUISADORES

Prof. Mosár Leandro Ness

Prof. Wilson L. Caldart

AUXILIARES DE PESQUISA

Marli Teresinha Giani

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE CAXIAS DO SUL

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul, constituindo-se num indicador da evolução dos preços de produtos de consumo da cidade.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Centro de Ciências Sociais

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – 95070-560, Caxias do Sul – RS

Bloco J – Sala 408 Telefone/ Fax (54) 3218 22 43

<http://www.ucs.br/site/o-instituto-de-pesquisas-economicas-sociais/indice-de-precos-do-consumidor/>

1. APRESENTAÇÃO

O Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul (IPC-IPES) é calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul, constituindo-se num indicador da evolução dos preços e do custo de vida nesta cidade. A estrutura desse índice é originária da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada nos anos de 2006 e 2007 que substituiu os resultados da POF realizada nos anos de 1995 e 1996.

O novo levantamento estatístico abrangeu uma amostra de 436 famílias, com renda mensal até 31 salários mínimos daquela época, obtida através de salários e/ou outras rendas. Os preços são coletados na última semana de cada mês segundo os locais de compra e as marcas de produtos mais indicadas pelas famílias entrevistadas.

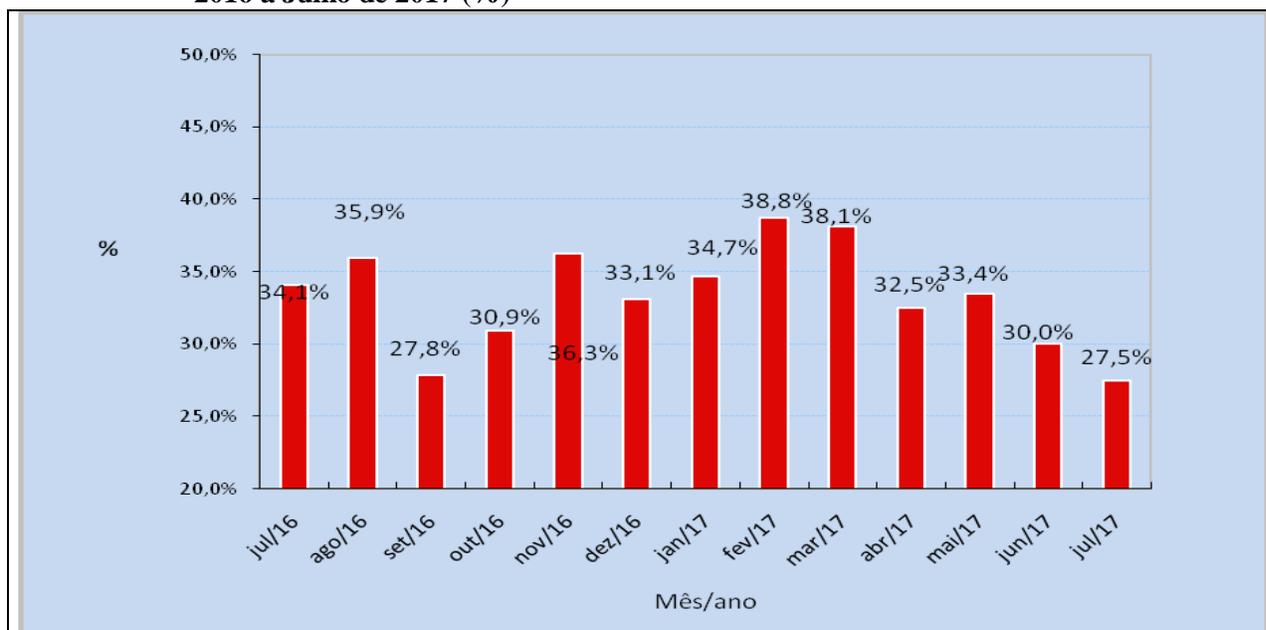
2. VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

O Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul indica um aumento nos preços de **0,20%** no mês de **Julho** de 2017, contra um aumento de **0,03%** do mês anterior. Com esse resultado, a variação percentual acumulada do IPC-IPES nos últimos doze meses alcançou **1,52%**, correspondendo a um aumento médio mensal no período de 0,13%. Esse resultado é ligeiramente inferior ao mês anterior, que registrou um índice acumulado de **2,06%**.

Do total de 320 subitens que compõe a estrutura do Índice de Preços ao Consumidor, 88 aumentaram de preços no mês de Julho de 2017, revelando um índice de difusão¹ de 27,5 contra junho, que foi de 30,0, maio foi de 33,4, contra 32,5 em abril, 38,1 em março e 38,8 em fevereiro, como se observa na Figura 1. A tendência de queda do índice de difusão vem se mantendo desde fevereiro.

Por outro lado, 101 produtos tiveram seus valores reduzidos, e 131 permaneceram com seus preços inalterados. Os itens com preços majorados contribuíram com 0,80 pontos percentuais (p.p) para o aumento do IPC-IPES e os que sofreram reduções de preços colaboraram com -0,59 p.p. para sua queda.

1 - O índice de difusão é o percentual dos subitens que compõe o IPC que sofreram aumentos de preço no mês atual em relação ao mês anterior. O aumento desse índice indica uma aceleração do processo inflacionário, enquanto uma queda revela tendência de sua desaceleração.

FIGURA 1 – Índice de difusão do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul de Julho de 2016 a Julho de 2017 (%)

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

O Quadro 1 apresenta um resumo das variações dos índices por grupos de consumo que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul entre o mês de referência e o anterior, a contribuição de cada grupo e as respectivas variações no ano e em doze meses.

Quadro 1 - Variação e contribuição percentual dos grupos de consumo que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul – Julho de 2017

Grupos de Consumo	jun/17	jul/17	Variação no mês %	Contribuição p.p. (*)	No ano	12 meses
Alimentação	165,95	166,25	0,18%	-0,04%	1,26	2,16
Habitação	143,41	143,81	0,28%	-0,05%	1,98	3,41
Vestuário	157,89	158,09	0,12%	-0,03%	0,88	1,51
Saúde e Higiene Pessoal	144,29	144,50	0,14%	0,01%	0,99	1,72
Transporte	139,47	139,67	0,14%	0,31%	0,94	1,62
Educação, Leitura e Recreação	159,54	159,66	0,07%	0,00%	0,53	0,91
Despesas Diversas	114,50	114,58	0,07%	0,00%	0,49	0,84
ÍNDICE GERAL	167,97	168,31	0,2035%		0,96	1,52

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

* A contribuição percentual indica em quanto a variação percentual de cada Grupo de Consumo influi na variação percentual do Índice Geral.

No mês de referência, dos sete grupos de produtos que compõem o IPC-IPES, dois apresentaram contribuições positivas para o aumento do índice, quais sejam: Saúde e Higiene

Pessoal, 0,01 p.p.; Transporte, 0,31 p.p.. Por outro lado, três grupos tiveram variação negativa, Alimentação, -0,04 p.p.; Habitação, -0,05 p.p.; Vestuário -0,03 p.p. Já o subgrupo de Despesas Diversas e Educação, Leitura e Recreação não apresentaram variação de preço.

No mês de Julho, a variação no grupo Alimentação representou contribuição negativa de -0,04 p.p., resultado inferior ao do mês anterior, que foi de -0,01 p.p.. Os subgrupos que mais contribuíram para a alta dos preços foram: Legumes e Outros Vegetais “In Natura”, com 0,074 p.p.; Frutas “in natura”, 0,021 p.p.; Gorduras e Óleos Vegetais Diversos, 0,011 p.p.; Enlatados e Conservas, 0,005 p.p.; Alimentação fora de casa, 0,003 p.p. O subgrupo que menos contribuiu para o aumento do índice foi de Carnes frescas e derivados, com -0,074 p.p (Quadro 2).

Quadro 2 - Variação percentual dos subgrupos de Alimentação que compõem o Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul – Julho de 2017

Grupo Alimentação	Varição	Contribuição p.p.
Legumes e Outros Vegetais "In Natura".	8,90%	0,074%
Frutas "in natura"	2,67%	0,021%
Gorduras e Óleos Vegetais Diversos.	7,23%	0,011%
Enlatados e Conservas.	0,84%	0,005%
Alimentação fora de casa	0,12%	0,003%
Bebidas	0,06%	0,002%
Sal, condimentos e especiarias	-0,04%	0,000%
Alimentos para animais	-0,02%	0,000%
Leite, laticínios e ovos	-3,18%	-0,008%
Alimentos infantis	-5,03%	-0,009%
Alimentos básicos de origem vegetal	-0,57%	-0,023%
Produtos diversos para alimentação	-3,22%	-0,045%
Carnes frescas e derivados	-2,43%	-0,074%
<i>Total</i>		-0,04%

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS

Por sua vez, por ordem de contribuição positiva no subgrupo de Legumes e Outros Vegetais "In Natura," destaca-se o aumento no preço do Tomate Gaúcho que apresentou uma variação de 32,53% e contribuiu com 0,0348 p.p. para o aumento do índice.

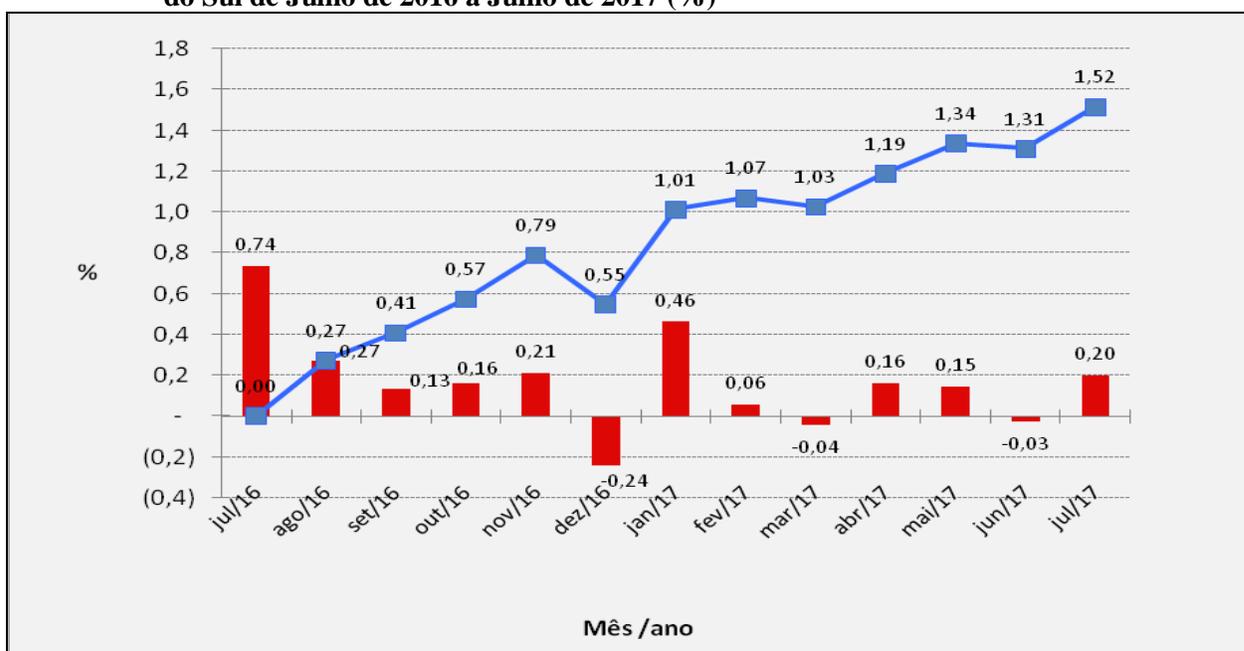
3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ÍNDICE

O IPC-IPES de Caxias do Sul apresentou um aumento de 1,52% nos últimos doze meses, com as contribuições dos preços dos grupos de Alimentação, 2,16%, Habitação 3,41%, Vestuário com 1,51%, Saúde e Higiene Pessoal, com 1,72%, e respectivamente, Transporte, 1,62%, conforme apresentado no Quadro 1. Menores variações ocorreram nas categorias da Educação, Leitura e Recreação, com 0,91%, e Despesas Diversas, com 0,84% de variação nos seus preços

médios nos últimos doze meses. No ano de 2017, a inflação acumulada é de **0,96%**, correspondendo a uma média mensal para doze meses de 0,14%, contra 0,22% do mês anterior.

A Figura 2 mostra a variação percentual acumulada e mensal do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul entre Julho de 2016 e Julho de 2017. Percebe-se que, no acumulado em doze meses, o IPC-IPES aumentou 1,52%. No entanto, constata-se que a taxa de Julho de 2017 em relação a Julho do ano anterior denota uma desaceleração na tendência de alta dos preços. No corrente mês, quando comparado com a taxa de Julho de 2016, essa cai de 0,74% para 0,20%.

FIGURA 2 - Variação percentual acumulada e mensal do Índice de Preços ao Consumidor de Caxias do Sul de Julho de 2016 a Julho de 2017 (%)



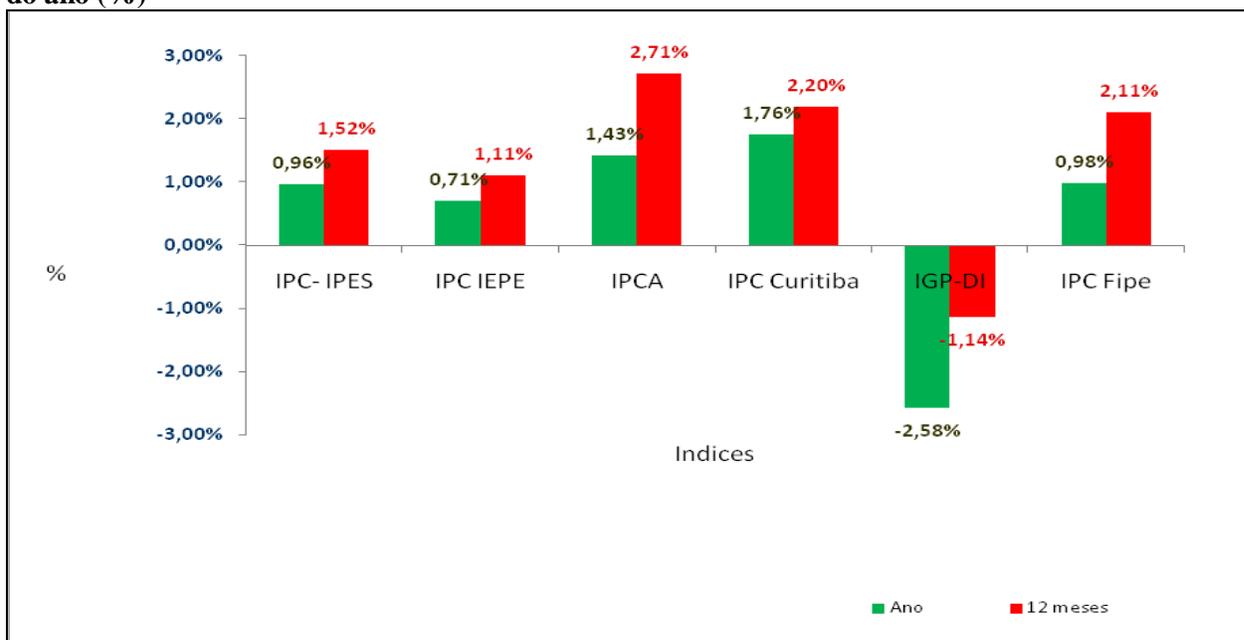
Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES/UCS.

No corrente mês, dos cinco índices de preços calculados por outras instituições utilizados como comparação, no período de doze meses, três situaram-se ao redor dos dois por cento, como mostram os dados da Figura 3.

Os cinco índices de preços apontaram para uma convergência, em termos anuais, foram eles: o IPC-IPES, IPC-IEPE, IPCA (IBGE), IPCA Curitiba e o IPC-FIPE. Estes se posicionaram abaixo dos 3,0% anuais. Já o IGP-DI (FGV) se encontra com variações negativas tanto no ano quanto em doze meses. O comportamento conjunto dos índices de preços revela uma tendência

de declínio nos aumentos de preços, sendo que nas regiões metropolitanas medidas, os preços recuaram de forma mais rápida.

Figura 3 - Evolução dos principais índices de preços do País nos últimos doze meses e no acumulado do ano (%)



Fonte: IBGE, FIPE, IEPE, FGV e IPES/UCS.

Cenário Econômico

O atual cenário econômico vem se revelando dissociado da realidade política. Enquanto a crise política continua a produzir seus efeitos sobre o atual governo, a economia vem dando sinais de que está se distanciando das turbulências provocadas no âmbito do Palácio do Planalto. Chama a atenção o fato de que os agentes econômicos, ao que parece, também terem se dissociado da instabilidade. O presidente Temer embora tenha conseguido uma sobrevivência em seu mandato ao arquivar a denúncia feita pela Procuradoria Geral da União no caso da JBS, não conseguiu mudar sobre si a impressão de que não agiu de forma correta no episódio, reflexo pode ser observado na taxa de aprovação de seu governo, que situa-se na casa de um dígito.

Enquanto isso a situação da economia espelha outra realidade, a inflação anualizada, medida por diferentes institutos, situa-se abaixo dos 3,00%, como se pode observar na Figura 3, a taxa projetada pelo mercado, conforme a pesquisa Focus (2017), situa-se próxima dos 3,50% para o corrente ano. De outra parte, a taxa de desemprego vem perdendo fôlego e tem mostrado

incrementos cada vez menores. É bem verdade que o desalento ainda bate com força sobre muitos trabalhadores mas, o atual cenário, enseja um clima de recuperação, mesmo que essa seja tímida.

O desafio em termos econômicos para o Governo não é o de recuperar sua credibilidade perdida na arena política, mas sim poder demonstrar que consegue conter seu déficit orçamentário e assim colaborar para a estabilização plena e a recuperação da economia. O problema do déficit já ultrapassa a discussão ideológica, já que esse se tornou crônico e dá mostras de estar fora de controle. O governo deve submeter nos próximos dias um novo pedido de ampliação do limite de gastos ao congresso, que por certo, não deverá rejeitar o mesmo, já que este se tornou fiador da política de gastos do próprio governo.

Que existe um descontrole nos gastos já se sabe, todavia, o que o governo não contava era que a arrecadação estivesse tão baixa. Entre outros motivos, segundo Latif (2017), temos o recorrente hábito dos governos de lançar programas de parcelamento de dívidas junto ao setor privado, que desde o ano 2000 já somam mais de 30 programas. Não há nada de errado o governo buscar sanear as pendências dos contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas. O problema reside no fato que se está criando a expectativa junto a esses de que não pagar em dia é mais vantajoso do que contribuir. Assim, se desestimula as boas práticas de arrecadação e se incentiva a sonegação. É certo que a carga fiscal no Brasil é alta, no entanto não se justifica o não cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes.

De acordo com Latif (2017), existe um grupo de 9.400 empresas que são devedoras permanentes da Receita Federal, destas 2000 já se inscreveram em mais de um programa de refinanciamento de dívidas. A exceção virou prática, tanto que a última proposta de refinanciamento que foi apreciada na comissão de assuntos tributários da câmara foi desfigurada a ponto de perder seu caráter arrecadador. É sabido que o governo nesse ano se comprometeu em atingir um déficit de R\$ 139 bilhões, não irá conseguir como tem afirmado e provavelmente terá que aditar essa conta em mais R\$ 20 bilhões, sendo nesse fato o ponto onde reside a fragilidade de nossa economia, já que para o próximo ano também se espera um novo déficit.

As expectativas dos agentes econômicos são racionais, não há como não acreditar que no próximo ano não teremos uma aceleração ainda maior dos gastos e um desequilíbrio mais pronunciado das contas públicas. Logo, crescimento sustentado e equilíbrio fiscal ficará para além de 2020, aja paciência e esperança para enfrentar o que vem por aí.

Caxias do Sul, 17 de agosto de 2017.

Prof. Wilson Luís Caldart
Economista.

Prof. Mosár Leandro Ness
Economista

Prof. Roberto Birch Gonçalves
Diretor

Bibliografia:

FOCUS, **Relatório de Mercado**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20170811.pdf>
Acesso em 14 de agosto de 2017.

LATIF, Zeina. **Vamos falar a verdade**. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/proposta-indecete-2/>
Acesso em: 14 agosto. 2017.

MITCHELL, Wesley Clair. **Os ciclos econômicos e suas causas**. São Paulo: Julho Cultural, 1984. 168 p.

SACHS, Jeffrey D. & LARRAIN, Felipe B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1995. p. 578-614.